

# EDUCAÇÃO E ELABORAÇÃO IDENTITÁRIA PARAENSE: UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE E A ESCOLA NA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR

*EDUCATION AND IDENTITY ELABORATION IN  
PARÁ: A VIEW ON SOCIETY AND SCHOOL IN THE  
WORK OF DALCÍDIO JURANDIR*

Denise Simões Rodrigues  
Universidade do Estado do Pará - UEPA

## Resumo

Este trabalho constitui resultado parcial de uma pesquisa mais ampla sobre as relações entre a literatura e a sociedade na Amazônia. Entre seus objetivos, a pesquisa se propõe a estabelecer conexões entre a concepção das obras literárias e a organização da sociedade, em especial, destacando os elementos constitutivos de possíveis identidades culturais. Meu intento ao utilizar as obras consagradas da literatura é demonstrar a persistência do processo que denomino de *invisibilidade/desqualificação* da gente amazônica em análise sociológica de momentos históricos relevantes. Constitui um fragmento de um projeto de pesquisa em andamento intitulado **História, Literatura e Diversidade Cultural: intelectuais e a política na elaboração identitária paraense**. Neste estudo em particular, meu olhar repousa sobre as obras de Dalcídio Jurandir e tenta recuperar através de personagens de seus romances sua visão da escola e seus métodos no tempo histórico da narrativa, nas primeiras décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Identidade cultural. Educação. Romances.

## Abstract

This work is the partial result of a broader research on the relations between literature and society in Amazonia. Among its objectives, the research is proposed to establish connections between the conception of literary works and the organization of society, highlighting in particular the elements constituting possible cultural identities. My intent in using consecrated works of literature is to demonstrate the persistence of the process I call *invisibility/disqualification* of the Amazonian people in a sociological analysis of relevant historical moments. It is a fragment of an ongoing research project entitled **History, Literature, and Cultural Diversity: Intellectuals and Politics in the Identity Elaboration in Pará**. Particularly, in this study, my view is set on the works of Dalcídio Jurandir and it tries to recover, through characters from his novels, his views on school and its methods at the historical time of the narrative, in the first decades of the 20th century.

**Keywords:** Cultural identity. Education. Novels.

## Introdução

Minha proposta, ao analisar o processo identitário em nossa região utilizando as interfaces entre literatura e a educação<sup>24</sup>, é intentar desvelar elementos matriciais dos preconceitos difundidos sobre o amazônida. A disseminação dos estereótipos e preconceitos, em especial sobre as classes desfavorecidas e incultas da população, a princípio realizada de modo aleatório, tornou-se posteriormente alvo de ação organizada a partir do aparato escolar e dos meios de comunicação da época. Amparada em uma razão concreta – a precariedade da educação especialmente dos mais pobres – a intelectualidade à época propõe o ideário positivista como saída para preparar moral e civicamente os indivíduos. O ensino de ofícios torná-los-ia produtivos pelo trabalho, com o objetivo de extirpar a mácula da indolência e da preguiça, assim como inculcar bons hábitos e valores ajudaria a superar as condições de abastardamento físico e moral da população, e, enfim, torná-los cidadãos dignos.

Como já tive a oportunidade de escrever em outros trabalhos, creio que, entre os caminhos possíveis para estudos que objetivem o delineamento de processos identitários situados no passado ou no presente de uma dada sociedade, a consulta aos documentos históricos, narrativas, relatos pessoais e a literatura oferecem interessantes possibilidades de análise. No entanto, nem sempre documentos encontrados nos arquivos proporcionam os resultados esperados, e tive a oportunidade de verificar esse fato quando pesquisei sobre a Cabanagem, revolução popular ocorrida na primeira metade do século XIX no Pará. Muitas vezes, surgem lacunas nas in-

formações, provocadas em alguns casos pela forma como foram obtidas e/ou pelo número reduzido dessas fontes. Em minha opinião, o uso de romances, crônicas, biografias, relatos de viagens, entre outros gêneros, constituem material precioso para a análise sócio-histórico-cultural das sociedades, especialmente quando se pretende dar voz a atores sociais marginalizados, e desse modo, tentar romper o “silêncio dos vencidos”.

A necessidade de estabelecer recortes ao produto da criação literária conduz à escolha de alguns parâmetros com o objetivo de ordenar o material sobre o qual **incidirá prioritariamente o meu olhar: o sentido da vida, da existência e como essa busca se traduz em representações sócio-histórico-culturais, e são expressas na linguagem dos atores sociais**<sup>25</sup>.

Por um lado, a busca do significado como fundamento da explicação antropológica da cultura propõe dois pontos fundamentais: um é o conceito de *descrição densa*, isto é, uma descrição detalhada, minuciosa, para captar a teia de significados da ação e, dessa forma, elaborar sistemas interpretativos onde seja possível trabalhar uma hierarquia estratificada de significantes. O outro é a *ideia de contexto*, a partir do qual os comportamentos, instituições ou processos possam ser descritos como parte de uma trama de significados que estruturam o sentido mais amplo a ser percebido<sup>26</sup>.

25 **PARÂMETROS DE ANÁLISE: 1 – a análise das representações sociais; 2 – a busca do sentido da existência; 3 – a linguagem; 4 – o contexto sócio-histórico-cultural; 5 – o poder, a política e os atores sociais.**

26 Trabalhando com o substrato do conceito de narrativa densa, BURKE propõe para os estudos de cunho histórico o que denomina de narrativa densa, tentando resolver impasses criados em torno do debate entre estrutura *versus* acontecimentos. Qual abordagem é mais produtiva para a ciência histórica? Aquela que opta pela análise das estruturas ou aquela que privilegia a narrativa de acontecimentos? Para sair do impasse, sugere um novo tipo de narrativa, capaz de fazer frente às demandas dos historiadores estruturais ao mesmo tempo em que apresenta um sentido melhor de fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises. BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p.338.

24 Este artigo apresenta um fragmento das primeiras análises obtidas através dos dados obtidos em projeto de pesquisa mais amplo intitulado **História, Literatura e Diversidade Cultural: intelectuais e a política na elaboração identitária paraense**. A pesquisa contempla autores Inglês de Sousa, Dalcídio Jurandir, Bruno de Menezes, Benedicto Monteiro, Márcio Sousa entre outros.

Por outro lado, é preciso entender como ocorre o processo de construção das representações sociais compartilhadas e que definem os campos de atuação dos atores sociais, na vida real ou na obra literária, que é a possibilidade de entendimento desse real intuído pelo escritor e que fornece a matéria prima da análise indireta da sociedade ao pesquisador.

A vida diária é apreendida como uma realidade ordenada, em padrões previamente dispostos que parecem ser independentes do sujeito, da visão que ele tem deles, mas que se impõe a sua apreensão. Essa realidade está organizada em torno do “aqui” e do “agora” do presente, da realidade corpórea desse indivíduo. Mas a realidade da vida diária não se esgota no “aqui e agora”, antes envolve fenômenos que não estão presentes e que permitem a experimentação das lembranças (*rememoração*) em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal. Esse é o seu “mundo”, que lhe é diretamente acessível a sua existência, é o mundo em que atua para modificar a realidade – o mundo do seu trabalho, no qual é fundamental um conceito: o do *sentido da existência*.

A força das representações sociais se deve às características essenciais de seu processo instituidor. A realidade e o imaginário se entrelaçam de uma forma tão imbrincada que o que é representado assume uma espécie de existência supra-humana para o indivíduo, passa a ser a fonte de sua sustentação individual e coletiva, suporte da ordem social; e “descolando-se” do ato humano instituinte, apresentando-se como autônoma, “natural”, sagrada. O sujeito passa a aceitar como válidas imagens de si mesmo, conceitos, ideias, hábitos, costumes e a forjar a tradição que estrutura o seu cotidiano.

A Sociologia tem em seu *corpus* teórico estudos importantes sobre o tema, mas

sem dúvida todos destacam o papel preponderante da linguagem como a base desse processo de produção de sentido no qual estamos mergulhados como sujeitos históricos. Entre os clássicos, destaco a importância do conceito de linguagem em autores como Berger e Luckmann, para quem “a linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes deste gênero” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.61).

A vida social apresenta-se como um mundo de uma realidade intersubjetiva, um mundo do qual o sujeito participa com os outros através da *linguagem*, que se apresenta como criação do coletivo anônimo, é o imaginário instituinte, é o imaginário social.<sup>27</sup>

O processo de institucionalização (e a consequente derivação dos papéis sociais) se alimenta diretamente da elaboração simbólica, das representações sociais. Elas reapresentam, elas constroem e reconstróem a realidade, de modo autônomo e criativo. Fundamentalmente, elas representam o espaço do sujeito social, em que esse sujeito luta para dar sentido, interpretar e construir o mundo no qual se encontra e assim permitir a invenção, a renovação, e a continuidade da vida social. A criação literária, ao expressar individual e coletivamente a busca do sentido da existência,

---

27 Na e pela linguagem, temos acesso a uma dimensão estritamente lógica, suporte do processo de representação simbólica da vida social (CASTORIADIS, 1992, p. 91); “A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes deste gênero”. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.61)



constitui por excelência o instrumento que permite ao indivíduo ordenar os fragmentos da vida cotidiana e assim tecer sua própria humanidade.

O número reduzido dos depoimentos dos revoltosos cabanos, por exemplo, fez-me buscar na literatura do século XIX elementos que permitissem visualizar esses atores sociais, pelas imagens construídas sobre eles e reflexivamente apropriadas pela sociedade<sup>28</sup>, no decorrer do século XIX, que, em última análise, assumem a condição de verdade incorporada por todos, como se pode deduzir do discurso impresso da primeira metade do século XX, tanto em jornais como em revistas e romances.

Uma exigência inicial se impõe: como utilizar esse material literário em análise histórico-sociológica? Em estudo clássico, Antônio Cândido (1976) definiu uma tipologia com o objetivo de tornar claras as fronteiras entre os campos da crítica e o dos estudos sociológicos da obra literária, evitando o que ele considerava os “exageros do sociologismo crítico, a tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais.” Em seu ponto de vista, o *externo* (no caso, o social) seria importante por desempenhar um papel na constituição da estrutura da obra e assim assumiria o seu aspecto constitutivo, e partir desse momento transmutava-se em *interno*.

Este trabalho utiliza os elementos constitutivos dessa tipologia proposta por Cândido<sup>29</sup>, especialmente os terceiro e quarto tipos, dedicados a estabelecer conexões entre a concepção da natureza das obras e a organização da sociedade com a posição/função social do autor. Imersas em seu tempo histórico, essas obras propõem personagens que ecoam as múltiplas vozes do espaço sócio-político-cultural amazônico.

Em sua proposta, destaco como fundamentais para os objetivos deste trabalho, aqueles em que o próprio autor salienta a importância da sociedade, a proposta política da obra e o relacionamento entre a condição social do autor e a sociedade a qual pertence. Assim, alguns aspectos merecem ser destacados:

1- a relação entre a obra e o público e organização da sociedade;  
2- a posição e a função social do escritor. A natureza da sua produção; a organização da sociedade;  
3- a função política das obras e dos autores, em geral, com o intuito ideológico marcado.

28 O conceito de reflexividade é aqui usado no sentido que lhe atribui Giddens: a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente o seu caráter. GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p.45.

29 Um segundo tipo poderia ser formado pelos estudos que procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos. É a modalidade mais simples e mais comum, consistindo basicamente em estabelecer correlações entre os aspectos reais e os que aparecem no livro. Quando se fala em crítica sociológica, ou em sociologia da literatura, pensa-se geralmente nesta modalidade [...] O terceiro tipo é apenas sociologia, e muito mais coerente, consistindo no estudo da relação entre a obra e o público, - isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca de ambos. Ainda quase exclusivamente dentro da sociologia se situa o quarto tipo, que estuda a posição e a função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade. Desdobramento do anterior é o quinto tipo, que investiga a função política das obras e dos autores, em geral com o intuito ideológico marcado. [...] Todas estas modalidades, e suas inúmeras variantes são legítimas, e, quando bem conduzidas, fecundas, na medida em que a tomarmos, não como crítica, mas como teoria e história sociológica da literatura, ou como sociologia da literatura, embora algumas delas satisfaçam também as exigências próprias do crítico. (CÂNDIDO, 1976, p. 3-12)

Quando analisei as obras de Inglês de Sousa, por exemplo, comprovei que a realidade espacial e cultural está imersa em uma proposta de neutralidade impregnada de um realismo naturalista pioneiro na literatura brasileira do século XIX. Procurei identificar o alcance e a permanência das ideias desse autor no imaginário regional sobre os mestiços de variados matizes que compõem a população e intentei desvelar as nuances do processo de desenvolvimento de uma identidade cultural de contorno nítido e fundamental: o *caboco*<sup>30</sup>. Desde então, tenho aprofundado o mergulho em outros romancistas, buscando fortalecer a compreensão dessa identidade cultural que pode ser observada em várias obras de autores durante o século XX.

As identidades constituem fonte de significados para os próprios atores sociais, construídas por meio de um processo de individualização<sup>31</sup>. Essa construção se dá com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que podem prevalecer sobre outro tipo de significação e permitem que os atores sociais tenham múltiplas identidades, nem sempre imunes à tensão e à contradição, tanto na autorrepresentação quanto na ação social.

30 {É} o indígena, o nativo, o natural; mestiço de branco com índia; mulato acobreado, com cabelo corrido [...] Diz-se comumente do habitante dos sertões, caboclos do interior, terra de caboclos, desconfiado como caboclo [...] Devíamos escrever – caboco – como todos pronunciam no Brasil, e não caboclo, convencional e meramente letrado. CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: EDIOURO, 1992. O modo de falar do ribeirinho amazônida mantém essa pronúncia.

31 Para demarcar o campo propriamente sociológico da análise, faço uso dos conceitos propostos por Castells (1999, p.23-24) de identidade legitimadora: aquela que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, e o de identidade de resistência, a que é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação.

O conceito de identidade cultural no interior do debate acadêmico sofre muitas críticas, não é algo sobre o qual se pode dizer que tenha a aceitação incontestada dos pesquisadores. As críticas não se referem somente sobre o nível de complexidade que envolve a questão da identidade cultural, mas envolvem também a escolha dos parâmetros demarcatórios para que o discurso sobre as identidades culturais possa ser estabelecido e enunciado.

Desse modo, acho produtivo escrever sobre essas identidades sob a inspiração de Bosi (2003, p. 7), para quem se poderia falar sobre essa identidade a partir da noção de “pertencimento” a determinada(s) cultura(s) étnica, linguística, religiosa e/ou nacional. Adoto falar no plural, aceitando a argumentação de Bosi, para quem não existe *uma* cultura brasileira homogênea, matriz dos nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário: a admissão de seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um *efeito de sentido*, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço.

As identidades culturais, para a sua compreensão, devem ser analisadas como um processo, cujos componentes étnico-culturais são fundamentais para a sua constituição. Jamais podem ser percebidas como sistemas simbólicos fechados em si mesmos para todo o sempre. Como afirma Domingues (1992), são realidades vivas conectadas às relações de poder existentes entre atores individuais e/ou coletivos e instituições sociais existentes na sociedade.

Entretanto, é necessário escolher suportes culturais que possibilitem a sua análise ao longo do seu processo de instituição ou reinstituição. Castoriadis propõe que algumas questões essenciais sejam respondidas: quem somos nós, como coletividade? Como ocorre a elaboração identitária? É possível

observar que em muitas situações históricas, especialmente as revolucionárias no século XIX, ou das guerras de libertação no século passado, as linhas demarcatórias dessa elaboração são muito tênues, frágeis. Portanto, torna-se muito difícil estabelecer as características delimitadoras. A ideia de pertencimento a uma cultura nacional, mesmo definida como plural, perde seu valor como viga mestra do conceito, se torna ineficaz como âncora conceitual.

Todavia, se optarmos pela abordagem sobre o processo de construção identitária que é encontrada em Castells (1999), para quem as identidades constituem fonte de significados para os próprios atores sociais, e são construídas por meio de um processo de individualização, essa construção se dá com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que podem prevalecer sobre outro tipo de significação e permitem que os atores sociais tenham múltiplas identidades, nem sempre imunes à tensão e à contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social.

Seguindo a linha de raciocínio do autor em questão, haveria pelo menos três tipos de identidades: a *identidade legitimadora*, aquela introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; a *identidade de resistência*, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e a *identidade de projeto*, aquela que é construída pelos atores sociais a partir de variados elementos culturais, e que se torna capaz de redefinir as posições ocupadas por esses atores na sociedade, possibilitando a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p.24).

É possível também enfatizar o papel da cultura comum no processo de identificação. O processo de identificação estaria ancorado

nas relações estabelecidas pelos indivíduos como grupo pertencente a uma cultura específica, como produto da socialização, que determinará o modo pelo qual eles estabelecerão suas relações com a natureza e com os outros homens e consigo mesmo. A cultura comum teria a capacidade de “criar um sentimento de solidariedade, que é derivado da consciência de formar um grupo. Um mesmo passado histórico, que inclui *ter sofrido, desfrutado e esperado conjuntamente*, e um projeto comum para o futuro” (GUIBERNEAU, 1997, p.86).

Lançar um olhar sobre a cultura amazônica em busca de possíveis marcadores identitários, em períodos históricos previamente delimitados e sobre os quais seja possível a captura da escrita literária sobre o tema, remete à necessidade de uma seleção de intérpretes possíveis que ou tenham vivido no período histórico delimitado ou sobre ele construam sua ficção. Minha escolha tem sido orientada pelas duas possibilidades, sempre partindo de um critério especificamente literário que é a importância do autor e sua obra para a literatura de expressão paraense.

Como minha análise sociológica do imaginário apresenta um viés político, o suporte de minhas reflexões sobre cultura busca “tratar as formas simbólicas em contextos estruturados e realizar a análise da cultura dentro de um marco social-histórico, distinguindo-as em seus aspectos intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais” (THOMPSON, 2002, p.183).

Realizar a análise estrutural da cultura pode possibilitar uma boa descrição tanto dos aspectos simbólicos dos fenômenos quanto de suas interfaces com o poder e a política, que se expressam nos processos de produção, transmissão e reprodução desses fenômenos. Quando se usa obras literárias acredito que o caráter ficcional pode ser estabelecido adequadamente, justamente tra-

tando-o como um fenômeno cultural, pleno de sua realidade específica, produto da interação do autor com a realidade, pleno em seu simbolismo e permitindo o diálogo com essa realidade que interessa ao sociólogo. Não se trata de tomar o ficcional pela realidade, mas de iluminá-la com o relato do intérprete – o autor – sobre essa realidade.

A proposta de Thompson (2002), ao propor uma análise do caráter *estrutural* e *estruturante* dos fenômenos culturais, permite desvelar os fenômenos culturais produzidos por uma dada sociedade, e em especial por fazê-lo em um momento historicamente determinado<sup>32</sup>. As cadeias constitutivas da significação e/ou sentidos construídos pelos atores sociais envolvidos no processo (a intencionalidade), a sua percepção e interpretação, os vários códigos e rituais de conduta elaborados (as convenções), a sua articulação em estruturas narrativas do simbólico, fundamentadas pela elaboração de representações sociais que permeiam os processos de criação, circulação e recepção do viver em sociedade, todos esses elementos são essenciais à compreensão sociológica da realidade transmutada pela obra literária.

A partir daí será possível pensar a cultura e os bens culturais também envolvidos nas disputas pelo controle do poder de representação, sejam essas disputas a constituição de uma linguagem ampla ou restrita de do-

---

32 Ao trabalhar com o substrato do conceito de descrição densa, Burke propõe para os estudos de cunho histórico o que denomina de narrativa densa, tentando resolver impasses criados em torno do debate entre estrutura *versus* acontecimentos. Qual abordagem é mais produtiva para a ciência histórica? Aquela que opta pela análise das estruturas ou aquela que privilegia a narrativa de acontecimentos? Para sair do impasse, sugere um novo tipo de narrativa, capaz de fazer frente às demandas dos historiadores estruturais ao mesmo tempo em que apresenta um sentido melhor de fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises. BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, 338.

minância dos campos do simbólico. Volto à questão inicial: que cultura é essa, na qual estamos imersos e em permanente reinstituição? Quais possibilidades de estabelecimento de processos identitários surgirem, se consolidarem e serem esclarecedores para a análise sociológica?

Seguindo a proposta de Semprini (1999), a identidade está intrinsecamente ligada ao seu par conceitual, a diferença. No caso da análise sociológica, não é possível esquecer que esse processo de elaboração identitária cultural está repleto de contradições, conflitos pelo poder de impor a significação válida. Muitas vezes, essas contradições e conflitos encontram-se subsumidas e a diferença parece se diluir no processo, mas não desaparece. Na elaboração de identidades culturais no decorrer do século XIX na Amazônia, ocorreu a subsunção das diferenças e conflitos pela substituição do discurso dos vencedores e a prevalência de uma identidade nacional legitimadora. Assim:

o contrato tácito assinado entre as diferentes variantes da cidadania e os indivíduos foi uma promessa de igualdade civil em troca de um confinamento de suas diferenças dentro de suas respectivas esferas privadas. Aos olhos de alguns, todavia, jamais houve real equidade nesse pacto, e a igualdade cívica nunca foi desfrutada por todos igualmente. Surgiu uma outra forma de diferença, a da desigualdade. (SEMPRINI, 1999, p. 157)

A partir de agora, proponho a análise dos romances de Dalcídio Jurandir para iluminar a realidade paraense das primeiras décadas do século XX.



## A sociedade como espelho: imagens da decadência sócio-político-cultural e educação na obra dalcidiana

A minha leitura dos romances<sup>33</sup> de Dalcídio Jurandir intenta perceber como ele reconstrói em sua obra a sociedade paraense abalada pela crise econômico-política da segunda década do século XX, quando a produção de borracha amazônica perdeu seu espaço para o produto asiático. Estreitando ainda mais o olhar, dedico especial atenção à constituição de alguns personagens que representam o universo das pessoas excluídas do ponto de vista político-econômico, mas genuínas representantes do que poderíamos denominar de *gente amazônida*: negros e mestiços de variados matizes, portadores de mitos e saberes ancestrais.

Sobre o período histórico<sup>34</sup> em que os personagens dalcidianos habitam, existe documentação abundante, mas nos romances busco o olhar humanizado e esclarecedor do ficcionista sob dois aspectos. O primeiro, sobre as pequenas tragédias que agravam a miséria do cotidiano da gente humilde e, em segundo, a reconstrução da penosa sobrevivência daqueles que ocupavam posições sociais mais elevadas, os mais abastados, em seu mergulho na decadência e na insignifi-

33 Estes são os romances do Ciclo do Extremo Norte: *Chove nos campos de Cachoeira*; *Marajó*; *Três Casas e um Rio*; *Belém do Grão-Pará*; *Passagem dos Inocentes*; *Primeira Manhã*; *Ponte do Galo*; *Os Habitantes*; *Chão dos Lobos*; *Ribanceira*. Como a pesquisa está em seu início, serão feitas referências apenas a algumas obras desse conjunto. Neste trabalho apresento o resultado de uma primeira abordagem dos romances destacados em negrito.

34 O tempo histórico flutua entre as décadas iniciais do século XX, especialmente a partir da crise econômica que se abate sobre a região com a perda do mercado internacional do seu principal produto de exportação, a borracha, massacrado pelos preços baixos que o volume da produção asiática impôs. Estagnação e decadência, fome, miséria e ruptura social e política foram o preço pago pela população.

cância social, mas principalmente, na perda de sua capacidade de influenciar a política local.

Ao ler os romances, por exemplo, *Três Casas e um Rio*, cuja ação está situada na fictícia Cachoeira, a primeira dificuldade é enfrentar a narrativa lenta, dominada pelas angústias, medos, afeições e planos do menino Alfredo<sup>35</sup>, que assume o fio condutor do romance. O peso de uma sociedade em profunda decadência, estagnada, com horizontes mergulhados na água torna bem evidente aquele mundo inacabado, que se encontra de certo modo “fora do mundo”, isolado pela água, pela precariedade dos laços que consegue estabelecer com o que lhe é exterior.

A educação, representada pelo colégio idealizado pelo personagem Alfredo em sua vinda para Belém, é a miragem que se consubstancia na tormentosa viagem de travessia da baía do Marajó, com lances nítidos de epopeia caboca, quando o barco se imobiliza na escuridão, no meio da chuva. Será o último lance das águas tentando subjugar o sonho de Alfredo?

As mulheres do romance são mais interessantes que os homens, especialmente a mãe de Alfredo, com seu orgulho negro sendo castigado pelo vício da bebida, mas ainda assim, a única que tem coragem de romper com o imobilismo paralisante. Quem sabe não seriam os negros/mestiços os portadores do futuro, que a educação formal, a ser conquistada com tanto esforço, parece anunciar? Compare-se esse elemento narrativo com o retorno do herdeiro branco empobrecido, educado e cujo saber de nada vale em uma terra que lhe é estranha e hostil. A educação quando adquirida fora, sem levar em conta a realidade da região amazônica, não seria apenas o adorno inútil de uma classe decadente e sem futuro?

35 A partir daqui o personagem Alfredo e suas aventuras e desventuras constituem o foco da minha análise nos romances examinados.



O ponto de vista do romancista é mais sagaz do que a concepção de educação de alguns intelectuais de sua geração, ao perceber que a educação escolar deve estar essencialmente atrelada às necessidades do meio ambiente para ser válida e que os saberes produzidos pelo coletivo e socializados no convívio social possuem valor inestimável. Os mitos, as festas, as narrativas e mezinhas precisam ser incluídos ao conteúdo da educação formal, devem lhe oferecer a âncora de realidade sem a qual a natureza impetrável e dominadora fará valer o seu poder, anulando e/ou desmoralizando um saber que desconsidera as especificidades da região.

Com a vinda de Alfredo para a capital, seu primeiro momento é o tema do romance *Belém do Grão-Pará*. O autor amplia a visão de sociedade e do panorama de decadência. Os dois núcleos principais da ação, de onde brotam personagens e reminiscências, apontam para um fio de esperança: os familiares negros ou mulatos que trabalham em “ofícios produtivos”. Em meio à desolação imposta pela crise econômica que a quebradeira pós-ciclo da borracha provocou, os personagens negros sugerem que a sociedade precisava valorizar o trabalho e não a ilusão da política partidária, corrompida e derrotada em seu projeto ambicioso de uma Paris nos trópicos.

A queda da família Alcântara é o reforço narrativo da tese do autor sobre o papel das elites e da pequena burguesia com os seus hábitos de consumo perdulários, seu desperdício sustentado pela legião de excluídos tanto na cidade como nas pequenas cidades como Cachoeira. O esgarçamento do tecido familiar, a princípio lento, assume um caráter quase mórbido de algo que se desfaz, como se a morte estivesse lá, decompondo material e eticamente aquelas pessoas, antes ciosas do seu espaço social, com lampejos e presunção de ascensão sociopolítica, agora, entregues à mesquinhez do dia a dia, dos

recursos mingando, do padrão de consumo que se volatilizou como a riqueza da borracha. Assim eram os Alcântara, *lemistas* caídos em desgraça<sup>36</sup>.

O painel histórico traçado pelo autor remete a uma Belém laurista das primeiras décadas do século XX, sob o impacto da fome no interior, dos salários atrasados dos funcionários públicos, mas ainda aspirando a uma solução milagrosa para sua imprevidência econômico-financeira. O cotidiano do romance realça os comentários dos jornais da época e os pontos de disseminação das notícias nas ruas e nos encontros das sociedades de ajuda mútua.

Mergulhado nesse espaço de crise, o sonho de Alfredo está quase naufragando. Dos primeiros momentos de deslumbramento com a escola e as professoras, simbolicamente esvaziadas de corpo e representadas por um perfume, a exemplo do conhecimento frágil que proporcionam, de uma escola demarcada pelo seu conservadorismo e inutilidade face ao chamamento da vida movimentada que os movimentos operários e de reivindicação campesina oferecem ao jovem.

Um personagem, companheiro de jornada de Alfredo, representa o anúncio de um destino a ser trilhado pelo autor e merece

---

36 Assim eram denominados os partidários de Antônio José de Lemos, político influente no Pará, nascido em São Luiz/MA em 17/12/1843 e falecido em 08/12/1913. Ex-combatente da guerra do Paraguai, veio para Belém como militar, vinculado à Marinha, em 1866. Sua carreira política começa com seu ingresso no jornalismo concomitantemente a sua filiação ao Partido Liberal, pelo qual obteve mandatos sucessivos como Deputado Provincial. Como vereador de Belém, era Presidente da Câmara quando da Proclamação da República. Dominou a máquina partidária a partir de 1897 e assumiu o cargo de Intendente Municipal, realizando a modernização urbana que transformou Belém em uma capital com ares europeus nos trópicos. Com a crise financeira, seu mandato foi questionado violentamente, sendo alvo de uma revolta popular articulada pelos seus opositores e em 1913 foi obrigado a deixar o cargo e a cidade.

olhar especial: o moleque Antônio, que “não nasceu, apareceu” e não deseja estudar muito, só “quer saber umas letras para correr caminho”.

As diferenças sociais que emergem com vigor nas cenas com os dois empregados-crianças, o seu aterrador desamparo diante da fome, das poucas e gastas peças de roupas, a falta de calçados, das redes tão desejadas e até mesmo do desejo sexual do padrinho ou dos outros homens sobre Libânia, descrevem cenas que perduram até hoje.

Ao mesmo tempo, é o menino Antônio, que “não nasceu, apareceu”, que não sabe sua idade e nem tem parentes, jogado no *oco do mundo*, quem detém o poder narrativo, o mistério, sabe dos encantamentos, viaja em sonhos, se transmuta assumindo feições infantis, maduras, lascivas ou fugindo, aprontando encrencas, desafiando a sorte e a morte, na verdade um macunaíma: feio, pobre, doentio, mirrado, devastado pela febre, poderoso pelo imaginário. Os dois são a Amazônia, aprisionados no trabalho servil e, ainda assim, livres, capazes de criar, imaginar e se sobrepor à desgraça que tenta impedir o futuro.

Quando Alfredo cabula as aulas, a escola mitificada permanece guardada em seus sonhos, como que preservada, mas inatingível. São outros os conhecimentos que o viver na cidade lhe exige, e outros os professores: os primos negros, os criados domésticos, os vendedores da rua, o primeiro carroto (simbolicamente doado para a causa dos revoltosos cujo chefe está escondido com mãe Ciana). Dissimular, aprofundar o olhar sobre as pessoas e resistir, esse o aprendizado de Alfredo.

A escola está muito longe de oferecer ilusões a um jovem que vivencia a derrota e a decadência que não são suas, às quais é apresentado pelos personagens com os quais mora. Aqui e ali aparecem frases: de que

serve estudar nesse mundo de poucas oportunidades para os mais pobres? Ao mesmo tempo, ser doutor pode ser o caminho para a ascensão desejada: os doutores são finórios, escolhem o lado vencedor, se antecipam às perdas e crises. Resistirá Alfredo às tentações de não estudar, vencido pelo atrativo da vida sem peias das ruas?

A imagem mais contundente da incapacidade da pequena burguesia em sair dos seus dilemas morais e mesquinhas é tratada com maestria pelo autor ao realizar a mudança da família Alcântara para Nazaré, para uma casa em ruínas, visão fantasmagórica e perfeita de uma sociedade que vive de aparências que rapidamente se decompõem e desmoronam como a casa, justo no dia em que o patriarca da família foi descoberto acobertando um contrabando na Alfândega, e muito interessante, depois de um lauto almoço de Círio. A meu ver, são os capítulos finais os melhores na resolução das tramas e na simbologia cultural da decadência de uma cidade/família.

No romance *Passagem dos Inocentes*, Dalcídio apresenta várias “passagens”. A primeira, o mergulho na pobreza dissimulada da família da prima de Muaná, de origem elevada na pequena cidade, mas absolutamente decadente na capital. Dois símbolos são mais visíveis: o endereço – Passagem dos Inocentes – que oferece o título ao romance, e o nome oficial, Mac Donald, ainda não afixado pela Intendência, remete ao prestígio da língua inglesa, ao período de fausto da borracha ao mencionar que ele era o nome de um antigo funcionário da *Port of Pará*. O total abandono do espaço, a decrepitude dos personagens que a habitam, as suas estratégias de sobrevivência, a lassidão que começa a permear o comportamento de Alfredo e a se transformar em desencantamento com a escola.

Para os meus objetivos de elucidação da visão da sociedade da época, são importan-

tes as páginas do livro dedicadas ao movimento anarco-sindicalista<sup>37</sup>, atuante em Belém, e que já havia certamente conquistado a cabeça do romancista desde a sua adolescência. O título do romance é perfeito, pois são múltiplas as descobertas e “passagens” simbólicas que o atravessam, solidificando descobertas, retirando as sombras infantis dos sonhos, como se o forte sol dos descampados enfim dissolvesse os mistérios do viver que Alfredo ambiciona desvelar, o “saber umas letras para correr caminho”, como dizia o amarelinho encantado Antônio em “Belém do Grão-Pará”.

Esse romance é superior ao *Belém do Grão-Pará* para a análise do que é a educação em Belém nessa época. Talvez pelo desencanto, pela ruptura do sonho, pela realidade econômica dura em suas carências, a extrema desorganização do Estado e das finanças públicas, o desamparo se faz pungente na ruptura do sonho de ascender pelo estudo em *Passagem dos Inocentes*. Para um adolescente pobre, para quem estudar era quase uma utopia, é razoável supor que esse fato tenha exercido considerável influência na construção da trama do romance. São dedicadas muitas páginas para relatar a desilusão.

A melhor referência está numa nota de rodapé do autor, onde ele explica por que, apesar da distância entre a sua casa atual e a antiga escola – Barão do Rio Branco – ainda a preferia, não a trocava por outra, mais próxima: “comprido sempre foi, desde a Gentil a um passo do Barão. Quem sonhou com Colégio ao pé da montanha sempre anda légua e meia quando vai para um Barão”. São cerca de vinte páginas, onde a inutilidade do con-

teúdo, seu rígido controle pelas professoras titulares, e o descompasso do método de ensinar, completamente abstrato e alheio à realidade são esmiuçados em uma crítica atualíssima. As insinuações maldosas sobre as alunas normalistas colocadas na voz de um personagem afundado na decadência, língua viperina, sem esperanças, ativista fracassado é algo que me levou a pensar se esse período histórico não corresponderia à expansão das vagas da Escola Normal, antes um reduto das moças bem nascidas, de classe média alta.

Tão numerosas como as páginas dedicadas à crítica do ensino são as dedicadas a narrar o protesto das classes subalternas, em passeatas contra a falta de providências em relação à epidemia que dizima as crianças. São muitas páginas através das quais é possível perceber o despertar político de Alfredo, que coincide com o abandono da utopia do colégio de elite. Ele começa a articular as experiências vividas no espaço dos primos negros e operários, o discurso político de seu Lício, a atividade de Mãe Ciana, caminhar incansável e silenciosa observadora dos acontecimentos em sua condição de vendedora de cheiro-do-Pará, com trânsito livre aos espaços burgueses e às cozinhas dos palacetes, repletos de informações sobre a cidade, os silêncios de sua prima Isaura sobre os guardados do pai morto, ativista do movimento operário. Essa a “passagem” mais importante, quase um rito de iniciação de um jovem socialista.

A espera de Alfredo pela educação parece ter chegado ao fim. Na obra *Primeira Manhã*, Dalcídio retrata o descompasso entre a realidade e o sonho e nesse romance é possível ver em traços fortes, cores cruas e sem romantismo o primeiro dia de aula em uma escola pública, a melhor da capital. Uma a uma, as aulas se sucedem com o seu roteiro de agressões feitas pelos professores aos alunos e dos veteranos sobre os calouros:

37 Em 1909, registra-se a presença no cenário político de um partido operário (POV), que teria participado do início da constituição do Clube Republicano em Belém. É uma associação política que tem uma existência nebulosa, cuja presença foi detectada apenas nesse momento de crise político-institucional.

De novo a campa: latim. De beicame espichado, numa pressa administrativa, o Diretor passou. Latim.

Estamos à espera. A corneta dos Bombeiros. Nem o vento sopra o pó do Liceu, o casarão sufoca, zumbir das aulas, o pátio domado, o bolor das cátedras. Atenção. Primeiro a bengala, agora a pasta, a juba cinza alta, os óculos estourando, entrou o mestre fingindo briga, solenidade e pasmo.

— Você aí, seu cara de mucura? E ali a zebrinha? Também com seu bico, seu ganso depenado?

Cercado de ablativos, entra um morço, as moscas espreitam; os espectros, em plena manhã, percorrem o casarão. No meio de quarenta colegas, até agora sem um. [...]

— Toda a estrebaria com os cascos no caderno! Trouxe na pasta as ferraduras de que precisam. Todos de pata no papel. Quem riu atrás? Seu Maciel, como vai de vadiação e vício? Nesta estrebaria nem Hércules! Nem Hércules! (JURANDIR, 1967, p.246)

Desconheço melhor descrição das práticas cotidianas de uma escola no Pará à época, e em termos das agruras que o personagem atravessa em seu primeiro dia de aula. Quase um século separa essa descrição de uma aula no melhor colégio público à época, algumas disciplinas como o Latim desapareceram das grades curriculares, mas o viés autoritário e a inadequação de muitos outros conteúdos ainda permanecem nos dias de hoje.

## Algumas considerações provisórias

Não posso ainda oferecer um quadro completo da análise que me propus realizar. São muitos e densos romances a serem explorados como a terra encharcada de Cacho-

eira e dos subúrbios de Belém, onde transitam os personagens de Dalcídio Jurandir.

Por outro lado, o contexto social-histórico das obras é ambientado em momentos marcantes, e isso exige cuidado no estabelecimento da comparação dos personagens centrais. Minha leitura atual permite apontar para muitas semelhanças na constituição do tipo sociocultural construído pelos romancistas que já foram analisados no projeto, em especial, as obras de Inglês de Sousa, talvez um arquétipo de uma identidade cultural como hoje se poderia propor. O olhar de ambos informa sobre a desigualdade e o preconceito que existe na sociedade; denuncia a corrupção e as viciadas estruturas políticas que embaçam os jogos pelo poder que a elite disputa entre si, sem considerar a possibilidade de novos atores sociais na cena política.

Mas os momentos históricos diferentes pautados pelos autores recomendam cautela. Inglês de Sousa escreve, ambienta suas obras sobre a Amazônia na segunda metade do século XIX. O panorama é de reconstrução de uma sociedade devastada por uma longa guerra civil, a Cabanagem. Entretanto, os problemas apontados ainda continuam, sob vários aspectos, pertinentes atualmente: as relações de trabalho vilipendiadoras, em que a servidão imposta aos cabocos livres se confunde à escravidão legalmente instituída na época e isso provoca a desqualificação do trabalho na sociedade. Louva-se aquele bem nascido que vive de rendas e pode explorar o trabalho alheio e apropriar-se de seus poucos recursos, atrelando-o a dívidas que nunca se extinguem, pelo sistema de aviação, sistema esse que seria aperfeiçoado em sua vilania no decorrer do auge da produção da borracha ainda no século XIX. O protagonismo político leva em conta a decadência do sistema viciado da representação política nesse período, como a trama do romance *O Coronel Sangrado*, no qual Inglês de Sousa faz uma descrição impecável do controle do



voto e da representação política no interior da Amazônia no final dos Oitocentos.

Nos romances de Dalcídio Jurandir, percebemos a emergência de novos atores sociais, sejam eles membros do anarco-sindicalismo, os operários urbanos, ou a revolta dos esquecidos e famintos trabalhadores do meio rural ou os jovens militares de classe média, que animam a cena em busca de seu espaço político. Em seu estilo narrativo, Dalcídio Jurandir faz com que as lutas desses atores sociais emirjam vigorosas e pulsantes em uma sociedade dominada pelo marasmo da crise econômica causada pela quebra do sistema produtivo da borracha e consequente endividamento de sua elite.

Se comparada à situação de esgarçamento do tecido social presente nos romances de Inglês de Sousa e cuja reconstituição amplia as formas de sujeição político-econômica dos pobres, ao controlar o acesso à cidadania

plena que o pertencimento à nacionalidade prometia, nos romances de Dalcídio, o peso para os pobres se amplia, mas no horizonte político a novidade é a organização da classe trabalhadora, a anunciar a resistência e sua postulação ao poder. E esse fato pode ser atestado pelas associações de ajuda mútua e a criação de um partido operário cuja existência foi detectada no início da primeira década do século XX.

Finalmente, a leitura da obra dalcidiana apresenta também uma enorme riqueza de detalhes sobre a cultura, em suas variadas manifestações, desde as misturas de ervas e seu poder curativo, passando pelas festas religiosas e pelo registro estupendo dos hábitos sociais que oferecem um colorido especial sobre as relações entre os atores sociais, gente comum que protagoniza os romances, além da análise da precariedade da educação oferecida em seu olhar ficcional sobre a realidade de seu tempo.

## Referências

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, T. A **Construção Social da Realidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985,

BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: EDIOURO, 1992.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Três Casas e Um Rio**. CEJUP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Passagem dos Inocentes**. Belém: Falângola, 1984.

\_\_\_\_\_. **Primeira Manhã**. Belém: EDUEPA, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis/RJ: VOZES, 1995.

## **Sobre a autora**

**Denise Simões Rodrigues.** Doutora em Sociologia. Professora Titular de Sociologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. E-mail: dssr@uol.com.br

Recebido em: 20/11/2014

Aceito para publicação em: 05/12/2014